O PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO DA APESBAGUA

Rafael José Mesquita Pallas[1]
Débora Rodrigues Barbosa[2]

RESUMO:

O trabalho analisa e descreve o processo de desterritorialização da Associação dos Pescadores Artesanais da Baixada de Jacarepaguá, Lagoa do Camorim e Rios Adjacentes (Apesbagua), estabelecida há cerca de 100 anos no extremo oeste da Lagoa de Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro, em decorrência da insuficiência de peixes nas águas do complexo lagunar de Jacarepaguá, historicamente exploradas de modo extrativo pelos pescadores locais, por conta da degradação ambiental deste complexo, ocasionada pelo crescimento urbano desestruturado, assim como pela especulação imobiliária, que impõe à localidade condição de ser destinada a classes sociais economicamente elevadas, tendo para isso apoio de agentes públicos, como a Superintendência de Patrimônio Imobiliário da Cidade do Rio de Janeiro, que pela ação judicial de desocupação movida pela Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro visa a reterritorializar o local com uma área de lazer destinada ao uso exclusivo de moradores do condomínio de apartamentos de alto valor, vizinho à área da Apesbagua.

PALAVRA CHAVE: *Território; Desterritorialização; Jacarepaguá; Pescadores; Apesbagua.*

ABSTRACT:

The paper analyzes and describes the process of deterritorialization of the Association of Artisanal Fishermen of the Baixada de Jacarepaguá, Lagoa do Camorim and Adjacent Rivers (Apesbagua), established about 100 years in the extreme west of Lagoa de Jacarepaguá, in the city of Rio de Janeiro, dueto the insufficiency of fish in the waters of the lagoon complex of

[1] Licenciado em geografia pela Universidade Estácio de Sá. E-mail: pallas82@gmail.com
[2] Professora orientadora em geografia na Universidade Estácio de Sá. E-mail: debora.rodrigues.geo@gmail.com.

Jacarepaguá, historically exploited by local fishermen, dueto the environmental degradation of this complex, caused by unstructured urban growth. As for the real estate speculation that imposes the locality condition of being destined to economically high social classes, having for this, support public agents, such as the Superintendence of Real Estate Patrimony of the City of Rio de Janeiro, that for the legal action of unemployment moved by the City Hall of the City of Rio de Janeiro aims to reterritorialize the place with a recreation are a destined to the exclusive use of residents of condominium of high value apartments, next to the Apesbagua area.

KEYWORD: *Territory; Deterritorialization; Jacarepagua; Fishermen; Apesbagua*.

_____

Introdução

Sabe-se que as atividades extrativistas, quer sejam econômicas, quer sejam de subsistência, estão intrinsecamente relacionadas ao equilíbrio ambiental. Havendo a ruptura da estabilidade do meio natural haverá consequentemente, uma descontinuação das atividades extrativistas.

As alterações antrópicas são, em grande medida, responsáveis por promover a desarticulação do modo de vida de comunidades extrativistas. O adensamento populacional, no entorno de reservas extrativistas e mananciais de vida, têm sido o principal responsável pela degradação ambiental.

Com a poluição das águas, as atividades pesqueiras vêm sofrendo grandes prejuízos nos âmbitos econômicos e culturais. É importante destacar que pesca vai muito além de tarefa laboral e engloba uma série de hábitos, costumes, tradições e conhecimentos, transmitidos por gerações, aos pertencentes a este estrato social.

Outro fator preponderante na desintegração de atividades extrativistas é o dinâmico ordenamento territorial. As mudanças de funções e objetivos, impostos aos territórios, ocasionam o fenômeno da desterritorialização, desestruturando vínculos territoriais, pessoais e coletivos, podendo resultar no fim do extrativismo e do modo de vida antes ali presente.

Na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, a degradação das lagoas costeiras tem prejudicado a atividade pesqueira e os profissionais têm reduzido sua capacidade de sobrevivência. Na Associação de Pescadores Artesanais da Baixada de Jacarepaguá, Lagoa Camorim e Rios Adjacentes (Apesbagua), localizada no extremo oeste da Lagoa de Jacarepaguá, a prefeitura do Rio de Janeiro, através da Superintendência de Patrimônio Imobiliário, tem pressionado para a desocupação da sede pesqueira local, suscitando a possibilidade de desterritorialização do grupo social construído historicamente.

O objetivo geral deste trabalho foi discutir o processo de desterritorialização da comunidade de pescadores artesanais da Apesbagua, localizada às margens do extremo oeste da Lagoa de Jacarepaguá, discutindo possíveis causas e consequências do processo.

Esta pesquisa teve base metodológica descritiva, visando a relatar os condicionantes

ao processo de desterritorialização da comunidade da Associação dos Pescadores Artesanais da Baixada de Jacarepaguá, Lagoa do Camorim e Rios Adjacentes (Apesbagua).

Para realização desta pesquisa foram utilizadas como base bibliográfica conceitual as obras de Andrade (1995), Begossi (2013), Bonnemaison (2002), Cardoso (1989), Clauzet, Ramires e Barrella (2005), Coelho (2001), Corrêa (2002), Haesbaert (1999, 2006), Leitão (1995), Moraes (1988, 2002), Rasffestin (1993) e Souza (1999).

Também foram fundamentais visitas à localidade com o objetivo de mapear, através do software Google Earth, as áreas de fixação e de exploração econômica da comunidade, nos dias 5 e 19 de agosto de 2018, assim percebendo e avaliando as características singulares e comuns da desterritorialização em andamento.

Além disso, foram realizadas entrevistas e aplicação de questionários aos envolvidos neste processo no sentido de analisar os fatores determinantes para a ocorrência da desterritorialização ali presente, no dia 15 de setembro de 2018. Na folha seguinte, o modelo do questionário aplicado.

Ainda foi realizada pesquisa documental referente à ação judicial de desocupação movida pela Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, sob o número: 0001514-58.2015.8.19.0001, nos dias compreendidos entre 17 e 21 de setembro.

1. Território, territorialização, desterritorialização e reterritorialização

O conceito de território pode ser compreendido de variadas formas, através de manifestação individual e coletiva, grupo cultural, classe social, atividade econômica ou de um Estado.

Para Raffestin (1993), o território é o espaço onde se imprimiu um trabalho, revelando relações marcadas pelo poder.

Andrade (1995) demonstra uma compreensão de território vinculada ao espaço de

ação de um poder, tanto do ponto de vista de um poder estatal quanto pelo poder das corporações.

Moraes (1998) destaca que o território é estabelecido pela dimensão material das formas de apropriação do espaço pelo Estado, pelas atividades produtivas e pela dimensão imaterial, da construção identitária e do imaginário territorial referente aos discursos e práticas de identidade nacional e de identidades regionais, desta forma, o território seria, ao mesmo tempo, uma construção militar, econômica, jurídica e ideológica.

Haesbaert (2006) salienta que o território pode ser explicado em termos políticosehistóricos referentes à ação do Estado. Em termos econômicos, seria a combinação das apropriações econômicas dos espaços, derivada da divisão territorial do trabalho e da luta de classes. E em termos culturais, apontado como relações simbólicas, individuais ou coletivas, com o espaço.

Levando em consideração a dimensão cultural do território, Bonnemaison (2002) caracteriza-o como o lugar da mediação entre o homem e sua cultura, definindo um meio de vida e o enraizamento de um grupo social.

Assim, em termos de significado, território e territorialidade guardariam semelhanças. A territorialidade seria a expressão de um hábito vivido, englobando a relação do território e o espaço alheio, incluindo aquilo que fixa o homem aos lugares e aquilo que os impulsiona para fora do território.

Por sua vez, a territorialização seria o movimento de se constituir referenciais simbólicos e identitários (materiais e imateriais) em um recorte espacial definido. Poderia ser também chamada de enraizamento territorial, tal como ocorre no processo de favelização, onde populações se fixam a determinados locais por suas características particulares.

Na comunidade carioca denominada Rio das Pedras, esta territorialização é caracterizada por símbolos e referenciais da região nordeste do Brasil, tendo em vista a grande quantidade de moradores migrantes nordestinos (Figura 1).

Figura 1 - Comunidade de Rio das Pedras



Fonte: Fotografado pelo autor (2018).

A desterritorialização seria o desenraizamento de povos, atividades sociais ou econômicas e comunidades de seus lugares, correspondendo à perda de identidades e do enraizamento, ou seja, a quebra da territorialização. Fato representado pelas desapropriações de terras, despejos e mandatos de desocupação como o ocorrido com a comunidade Vila Autódromo no Rio de Janeiro por determinação da prefeitura municipal (Figura 2).

Segundo Haesbaert (1999), uma das principais características do movimento de desterritorialização moderno e globalizado seria a produção de aglomerados, resultado da chamada “desterritorialização extrema” e “precária”, formando, assim, uma população sem função ou identidade territorial.

Figura 2 - Desterritorialização da Vila Autódromo



Fonte: Araújo (2016).

Haesbaert (2006) pondera sobre a desterritorialização do capital e da população e ressalta a relação entre redes e aglomerados, atribuindo sentido aos conjuntos populacionais em situações de exclusão social e marginalização econômica, os aglomerados de exclusão. A reterritorialização, então, é compreendida como o movimento de reconstrução e retomada de laços de identidade territorial sobre novos espaços. Como o caso da Vila Autódromo, onde, após a desapropriação e demolição das antigas casas, a prefeitura municipal do Rio de Janeiro construiu moradias padronizadas para algumas das famílias.

2. Barra da Tijuca: crescimento urbano e impactos ambientais

A Barra da Tijuca é um bairro carioca localizado da Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro (Figura 3). A partir da década de 1970, a região, que era essencialmente rural, vem passando por intenso processo de urbanização, em função tanto da expansão imobiliária destinada às classes de médio e alto poder aquisitivo quanto do surgimento e desenvolvimento de comunidades onde reside a população de baixa renda.

Figura 3 - Localização da Barra da Tijuca

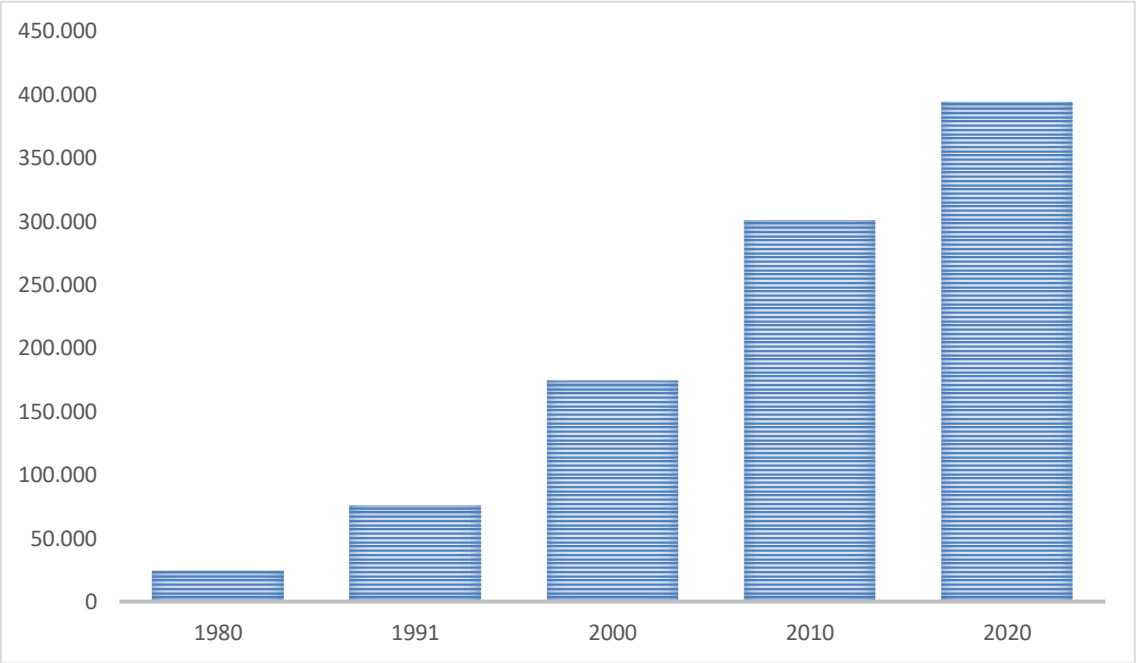


Fonte: Brito (2010)

No Município do Rio de Janeiro, a área formal tem crescido enquanto surgem áreas residenciais informais e, desta forma, o veloz crescimento da região da Barra da Tijuca, ocorrido principalmente na década de 1990, deu-se tanto em áreas regulares quanto irregulares.

Através do Gráfico1, é possível observar que a dinâmica de crescimento foi grande entre a década de oitenta e os dez primeiros anos do século XXI.

Gráfico 1 - Crescimento da população do bairro da Barra da Tijuca (1980 a 2020)



Fonte: IBGE – Arquivos de Microdados do Censo Demográfico e Projeções do Instituto Pereira Passos.

O volumoso processo de ocupação da Barra da Tijuca pode ser esclarecido pelo fato de a propaganda imobiliária anunciar a região como uma "nova Zona Sul", pela proximidade com a região mais valorizada da cidade e pela natureza abundante. Essa parte da Zona Oeste apresenta atrativos naturais importantes, como proximidade de praias limpas e vegetação exuberante. A região apresenta, ainda, significativa ocupação de camadas de média e alta renda.

Além disso, houve obras voltadas à distribuição de energia elétrica, abastecimento de água e gás. Entretanto, a solução encontrada para o esgotamento sanitário foi a construção de estações de tratamento de esgotos nos condomínios, todavia, a maioria destas funciona precariamente ou não funciona.

De fato, a desenfreada ocupação urbana da região da Barra da Tijuca provocou tanto

o surgimento de aterros desordenados como a ocupação das margens dos rios e lagoas locais. Essa dinâmica controversa ainda vem ocorrendo sem que a região tenha disponibilidade de infraestruturas de saneamento básico eficiente, contribuindo, assim, para a degradação dos corpos hídricos da região, principalmente das lagoas da Tijuca e do Camorim, que por sua vez são a jusante dos principais rios da bacia hidrográfica de Jacarepaguá. (Figura 4).

Figura 4 - A água poluída da Lagoa de Jacarepaguá



Fonte: Fotografado pelo autor (2018)

A transformação do espaço urbano da Barra da Tijuca advém do interesse dos proprietários em converter a terra rural em urbana, desta forma agregando-lhe valor,quando os proprietários fundiários, interessados na valorização, pressionam o poder público municipal, com o objetivo de se beneficiar do processo de regulação do uso do solo e do zoneamento urbano (CORRÊA, 2002).

Mas como a conversão da Barra da Tijuca em região valorizada dependeu também de investimentos em infraestrutura urbana por parte do Estado, observou-se inúmeras

intervenções urbanas, principalmente no que se refere à implantação e ao calçamento de vias, à iluminação pública, à coleta de lixo, ao abastecimento de água e à distribuição de energia elétrica e gás, porém a implantação de sistema de esgoto sanitário foi negligenciada pelo poder público por conta de seu elevado custo.

Apenas no ano 2001, o governo do Estado implantou o Programa de Despoluição e Saneamento Básico da Baixada de Jacarepaguá, quando iniciou a construção de uma estação de tratamento de esgoto, que seria ligada ao emissário submarino, bem como a instalação de 286 quilômetros de redes de esgoto em 60 mil residências e mais onze elevatórias (CEDAE, 2018)–Figura 5.

Figura 5 - Construção do emissário submarino da Barra da Tijuca



Fonte: Odebrecht (2003).

3. Zona de exclusão

Fortemente impulsionadas pela especulação imobiliária, algumas áreas da cidade do Rio de Janeiro vêm sofrendo um intenso remodelamento territorial. Muitas vezes a ferramenta utilizada é o próprio poder público através de medidas e ações judiciais com intuito de desapropriar áreas tradicionalmente ocupadas por famílias há muito tempo.

No caso específico da região da Barra da Tijuca este processo se mostrou intensificado, após a aprovação da cidade do Rio de Janeiro como Sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Inúmeras áreas foram solicitadas pelo poder público a fim de serem utilizadas como espaço para realização dos Jogos.

No entorno das lagoas da baixada de Jacarepaguá, onde foram instalados os principais aparelhos voltados para atividade desportiva, este processo pode ser identificado através da implantação do Parque Olímpico na área que compreendia o Autódromo Internacional Nelson Piquet e sua imediata vizinhança.

Com o fim dos Jogos Olímpicos fez-se necessário o reordenamento funcional de alguns aparelhos, dentre eles a Vila Olímpica que, sob a denominação de Condomínio Ilha Pura (Figura 6), passou a ser destinado à venda ao público de alto poder aquisitivo, conforme característica imobiliária da Barra da Tijuca.

Com o objetivo de valorizar o empreendimento imobiliário, a margem da Lagoa de Jacarepaguá, em frente ao empreendimento, foi destinada a se transformar em uma área de lazer do futuro condomínio, exatamente no espaço historicamente ocupado pela comunidade pesqueira, Apesbagua, situada na Avenida Salvador Allende, 300, Lote 11, Camorim.

A tradicional comunidade tem sido alvo de processo, com intuito de desapropriação, e vem desde então vivendo uma batalha judicial, com o intuito de permanecer no terreno.

Figura 6 - Condomínio Ilha Pura visto da Apesbagua



Fonte: Fotografado pelo autor (2018)

4. O processo de desterritorialização da Apesbagua

No Brasil, a pesca artesanal surgiu como atividade econômica a partir da decadência das atividades açucareiras e cafeeiras, nos períodos colonial e imperial, caracterizando-se como economia essencial na manutenção dos ar¬ranjos produtivos locais de modo extrativo, tanto nos ecossistemas litorâneos como nos fluviais do país. Em seguida, passou a ser reconheci¬da pela importância geoestratégica de vigilância e ocupação, pelo fato de os trabalhadores da pesca firmarem-se nos espaços litorâneos através da constituição das colônias de pesca. Após 1919, o Ministério de Guerra desenvolveu uma nomenclatura para as colônias pesqueiras, a partir da letra "Z" e uma gran¬deza numeral (Z13, Z15, Z16), junto ao lema po¬sitivista "Pátria e Dever", sob o discurso da defesa nacional e a convicção de que os pescadores seriam os melhores conhecedores dos "segredos" do mar.

De acordo com Clauzet, Ramires e Barrella (2005), a pesca artesanal é caracterizada como aquela em que, na captura e desembarque das espécies aquáticas, os trabalhadores

agem sozinhos ou utilizam mão de obra familiar ou não assalaria¬da. Este tipo de pesca é feito através de técnicas de baixo rendimento produtivo e parte desta é destinada ao mercado.

Neste contexto, inclui-se a Associação dos Pescadores Artesanais da Baixada de Jacarepaguá, Lagoa do Camorim e Rios Adjacentes (Apesbagua), oriunda da colônia de pescadores Z13 (Copacabana).

A comunidade, caracterizada como um grupo local, composto por pessoas que ocupam um território geograficamente definido e irmanadas por uma mesma herança cultural e histórica, está localizada no extremo oeste da Lagoa de Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro, delimitada pelo Rio Marinho a sudoeste, o Canal Olof Palme, a nordeste, a Avenida Salvador Allende, a oeste, e a Lagoa de Jacarepaguá, a leste (Figura 7).

Figura 7 - Localização da Apesbagua



Fonte: Adaptado de Google Earth (2019)

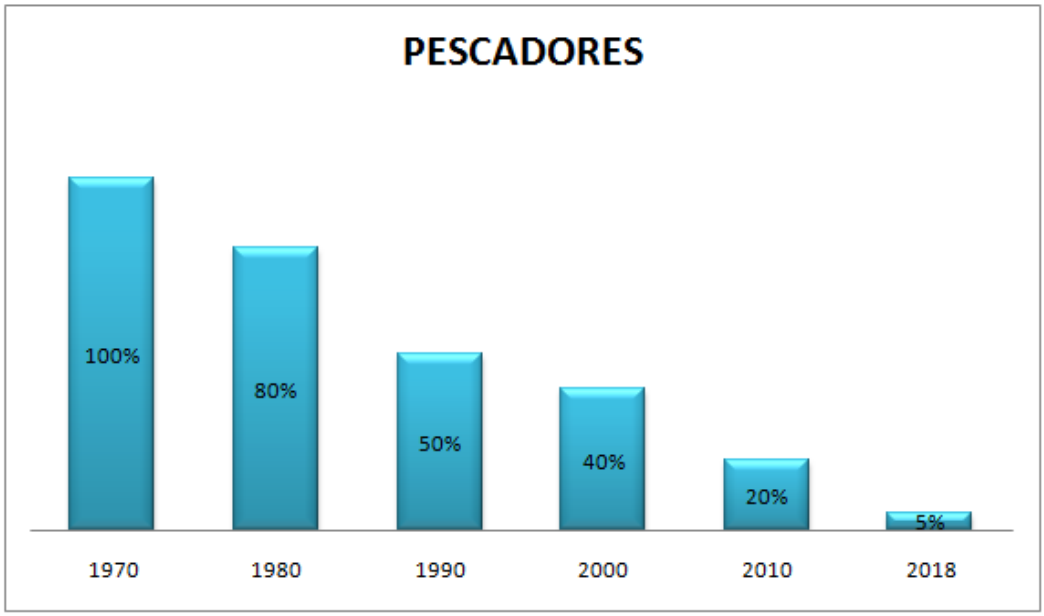
A comunidade é composta por sete casas multifamiliares, comportando 14 famílias constituídas, por sua vez, em média por três pessoas, resultando em uma população estimadade42 pessoas com faixas etárias de 4 a 65 anos, com escolaridade média

equivalente ao Ensino Fundamental I incompleto e, em sua maioria, naturais do Rio de Janeiro.

Tal comunidade, estabelecida há cerca de 100 anos, vem tendo sua capacidade de sobrevivência, através da pesca, reduzida nos últimos anos, por conta da degradação das lagoas costeiras da baixada de Jacarepaguá, onde historicamente exerciam tais atividades. Em consonância a este fato, a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, através da Superintendência de Patrimônio Imobiliário, tem pressionado para a desocupação da sede pesqueira local, suscitando a possibilidade de desterritorialização deste grupo social.

Através do Gráfico 2, é possível verificar a queda no número de membros da Apesbagua que se dedicam à pesca como principal meio de vida, indicado através da pesquisa aplicada.

Gráfico 2 - Queda da população da Apesbagua dedicada exclusivamente à pesca (1970 a 2018)



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

As atividades extrativas, intrínsecas ao meio natural, que dão subsídios à reprodução do trabalho, tais como extração vegetal, agricultu¬ra de subsistência e pesca artesanal,

estão suscetíveis a uma maior escala de vulnerabi¬lidade diante dos diversos tipos de impactos ambientais e sociais, especialmente nos espaços convergentes de interesses políticos e econômicos, quando estes são alvos de apropriação e reutilização produtiva.

Nestes lugares, as redefinições socioeco¬nômicas planejadas caracterizam-se como processo de desterritorialização, surgindo, assim, novas relações de poder, ao afastar o traba-lhador do seu processo produtivo, incidindo diretamente sobre as comunidades tra¬dicionais. Ao mesmo tempo em que estabelecem perdas dos elementos simbólicos que moldaram as identidades, impossibilitam a transferência de valores sociais e culturais, provocando o enfraquecimento da memória coletiva. Entender tais alterações pressupõe reconhecer que os processos de trabalho agregados a esses espaços produtivos, em particular da pesca artesanal, es¬tão sujeitos a alterações de funções ou aspectos diferentes dos historicamente construídos. Os efeitos essenciais desta nova situação socioeconômica e produtiva, impostos por agentes privados e públicos, reforçam o enfraquecimento da atividade extrativa e o declínio das organizações produtivas locais relacionadas à pesca artesanal.

O processo de desterritorialização dar-se-á ao iso¬lar o território das suas raízes sociais e cultu¬rais, assim eliminando as relações entre seme¬lhantes, desarticulando a territorialidade em sua essência, no sentido de não oferecer resistência à reterritorialização que segue. A principal função desta dinâmica é baseada na quebra das relações e vín¬culos sociais, reconstruindo e ressignificando o território. Desta forma, os processos de desterritorialização e reterritorialização são, atualmente, determinantes no meio socioeconômico dos pescadores artesanais.

No sentido de apreender o processo de desterritorialização da Apesbagua e, assim, propor a reversão deste, desenvolveu-se e aplicou-se uma pesquisa qualitativa através de entrevistas semiabertas e questionários com conteúdos que envol¬vessem os problemas sociais, políticos e ambien¬tais associados ao processo de reconfiguração e refuncionalização deste território através das percepções, atitudes e representações sociais exis¬tentes no grupo de pescadores.

As respostas das entrevistas e questionários identificam o desafio de propor possíveis media¬ções existentes entre os diferentes fatores nos âmbitos ambientais, sociais, políticos e econômicos, os quais, dentro da interpretação da determinação social,

refletem sobre a situação de desterritorialização do grupo.

As condições determinantes da desterritorialização do grupo podem expor sentidos coincidentes ou contraditórios. Por exemplo, o investimento na criação de condomínios de apartamentos e conjuntos empresariais é positivo no espectro global, todavia no espectro local, por dificul¬tar ou inviabilizar a realização de atividades ligadas aos arranjos produtivos locais da pesca artesanal, pode ser compreendido como negativo.

Os resultados da nova reconfiguração e refuncio¬nalização da área do entorno da margem oeste da Lagoa de Jacarepaguá têm como princi¬pais consequências os impactos socioambientais no ecossistema litorâneo.

Os pescadores sinalizam a degeneração do ecossistema das lagoas e sua associação com o abandono da região. A alteração significativa da qualidade da água inviabiliza antigas práticas, ao se converterem em danos ambientais relevantes (Figura 8).

Figura 8 - A poluição às margens do terreno da Apesbagua.



Fonte: Fotografado pelo autor (2018).

Os novos empreendimentos no entorno do complexo lagunar de Jacarepaguá, sinalizados como determinantes, são representados, em parte, pelas obras realizadas a fim de estruturar o local no sentido de receber os jogos olímpicos, assim como todas as intervenções realizadas de forma precária historicamente (Figura 9).

Figura 9 - Condomínio Ilha Pura, vizinho de Apesbagua



Fonte: Vasconcellos (2015).

No contexto de desterritorialização, novos fluxos de circulação são definidos e impostos por agentes públicos, como a Superintendência de Patrimônio Imobiliário da Cidade do Rio de Janeiro.

A relação desigual que se impõe entre pes¬cadores, Estado e empreendimentos expõe um tipo de conflito socioambiental, influenciado pelo crescimento urbano sem planejamento e pela forte especulação imobiliária, tendo como consequência a poluição ambiental e a segregação espacial.

Considerações Finais

Em consideração aos dados obtidos, a pesca artesanal nas lagoas de Jacarepaguá apon¬ta para um estado de declínio. Essa projeção é baseada nas circunstâncias socioeconômicas e ambientais, predominantes naquele território. A presença de externalidades negativas tais como a poluição ambiental e forte pressão de agentes imobiliários têm estimulado hábitos e práticas alternativas entre os pescadores artesanais.

As novas dinâmicas contribuem para alterar a rotina da pesca artesanal com consequências diretas sobre a produção pesqueira, tendo em vista que o processo restringe a navegação e captura de espécies nos lugares reconhecidos e identi¬ficados, historicamente, pelos pescadores como pesquei¬ros. A principal consequência econômica, de acordo com os relatos, foi a queda na renda mensal das famílias, principalmente aquelas que têm a pesca como principal fonte de subsistência.

Verifica-se, desse modo, o enfraquecimento da prática tradicional, especialmente devido às dificuldades encontradas para seu desen¬volvimento, guardando relação direta com a poluição do complexo lagunar de Jacarepaguá e ao processo de dester¬ritorialização e reterritorialização imposto pela parceria público-privada, reconhecidas como as principais causas econômicas a ter influência negativa no padrão ecológico, essencial ao trabalho extrativo, e imediata causa da deterioração das condições de vida daquela comunidade.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil.** São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995

BEGOSSI, Alpina. **Os mapas da pesca artesanal**: pesqueiros e pescadores na costa do Brasil. São Paulo: Fapesp, 2013.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Geografia cultural**: um século (3). Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

BRASIL. Companhia estadual de águas e esgoto do Rio de Janeiro – Cedae. **Programa de Saneamento da Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e Jacarepaguá – PSBJ**. 2019. Disponível em: <http://www.cedae.com.br/saneamento_barra_recreio_jacarepagua>. Acesso em: 10 ago. 2018.

CARDOSO, Adauto Lucio. Maneiras de pensar o urbanismo: questões teórico-metodológicas. In: ENCONTRO DA ANPUR. **Anais...** Águas de São Pedro, Anpur, v. 2, p. 8-34, 1989.

CLAUZET, Mariana; RAMIRES, Milena; BARRELLA, Walter. Pesca artesanal e conhecimento local de duas populações caiçaras (Enseada do Mar Virado e Barra do Una) no litoral de São Paulo, Brasil. **Revista Multiciência**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 1-18, maio 2005.

COELHO, Maria Célia Nunes. Impactos ambientais em áreas urbanas – teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: GUERRA, Antônio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da (Orgs.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. Rio de Janeiro: Ática, 2002.

GOOGLE EARTH. **Google Earth**. 2019. Disponível em: <https://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/>. Acesso em: 28 jun. 2019.

HAESBAERT, Rogério. A desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

LEITÃO, Gerônimo Almeida. **Construção do eldorado urbano**: o plano piloto da Barra

da Tijuca, Baixada de Jacarepaguá1970/1986. Rio de Janeiro: UFF, 1995.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.